



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017 e 2016 - milhares de reais

Demonst.do Result.do exercicio findos em 31/12/2017- milhares de reais

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016	RECEITAS CORRENTES	2016	RECEITAS CORRENTES	2017
FINANCEIRO/CIRCULANTE	34.969,95	35.863,69	FINANCEIRO/CIRCULANTE	36.731,39	72.095,11	Total das Receitas Operacionais correntes	2.341.352,74	Total das Receitas Operacionais Correntes	2.320.351,58
Caixa e Bancos	34.969,95	35.863,69	Fornecedores	18.537,00	30.451,84	Serviços Registros e Filiações	148.552,00	Receitas Patrimoniais	1.188.494,96
						Receitas Patrimoniais	1.733.905,38	Receitas para Repasses a Clubes	771.000,00
						Receitas com Jogos/Estatutárias	408.895,36	Receitas Técnicas de Futebol	357.856,62
ATIVO PERMANENTE			Salários e Encargos	10.984,42	25.561,32	Rec. Serviços, registro, transf. Inscrições	174.066,00	Receitas Eventuais/ Repasse TJD	2.500,00
IMOBILIZADO	1.192.588,77	1.192.588,77	Impostos e Contribuições	7.209,97	16.081,95	Receitas de Patrocínio	50.000,00		
Terenos	640.069,21	640.069,21							
Edifícios	348.925,00	348.925,00	PASSIVO A L/PRAZO			DESPESAS CORRENTES	2016	DESPESAS CORRENTES	2017
Máquinas, Equipamentos e aparelhos	86.748,10	86.748,10	Exigível a Longo Prazo			Total das Despesas Operacionais	2.305.489,05	Total das Despesas Operacionais	2.285.381,63
Móveis e Utensílios	136.847,00	136.847,00	Impostos Parcelados	278.586,42	279.086,78	Com Pessoal	399.710,79	Departamento de Esportes	271.372,18
Equipamentos Esportivos	60.415,00	60.415,00				Administrativas	597.390,66	Repasses	744.000,00
(-) Depreciação Acumulada	80.415,54	80.415,54	Patrimônio Líquido	912.240,52	877.270,57	Jogos Eventos e Divulgações	368.780,00	Pessoal	389.512,57
			Patrimônio Social	480.656,41	480.656,41	Repasse/Arbitragem	216.160,00	Material de Consumo	75.646,73
			Superávit do Exercício	34.969,95	35.863,69	Custo com Terceiros	582.400,00	Despesas Administrativas	773.793,88
			Superávits Acumulados	396.612,16	360.748,47	Custo com Materiais de Consumo	108.632,00	Despesas financeiras	31.056,27
						Depreciações	32.415,60		
TOTAL DO ATIVO	1.227.558,72	1.228.452,46	TOTAL DO PASSIVO	1.227.558,72	1.228.452,46	Superávit do exercício	35.863,69	Superávit do exercício	34.969,95

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017 (Em Reais)

Período	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	464.995,18	421.524,43	886.519,61
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	480.658,41	396.612,16	877.270,57
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	480.658,41	431.582,11	912.240,52

NOTAS EXPLICATIVAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Federação Maranhense de Futebol – FMF fundada em 11 de janeiro de 1918, é uma entidade estadual de administração do desporto, de direito privado, sem fins lucrativos, de finalidades desportivas, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, gozando nos termos do artigo 217, inciso I, da Constituição Federal, de autonomia administrativa, quanto a sua organização e funcionamento e se rege pelas normas legais do País, adotando as regras desportivas vigentes. Sua finalidade é a de:

a) dirigir o Futebol no Estado do Maranhão, Incentivando a sua difusão e aperfeiçoamento, podendo ajudar as entidades de prática desportiva e ligas filiadas, no encontro de suas necessidades financeiras e auto-suficiência; b) promover a organização e realização de campeonatos, torneios e competições de futebol; c) incrementar a cultura física, intelectual, moral e cívica dos desportistas filiadas, que constituem a base da organização nacional; d) contribuir para o progresso material e técnico das entidades de prática desportiva filiadas, que constituem a base da organização desportiva nacional; e) promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando por meio de trabalhos promocionais ou outro qualquer meio possível o futebol como espetáculo; f) criar e participar, de forma direta, conjuntamente com órgãos oficiais e/ou organização não governamental, na elaboração de projetos que busquem instituir escolas de futebol em favor da comunidade carente; g) produzir, implementar e desenvolver suas atividades e/ou de seus filiados, através de convênios e parcerias com quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando viável, podendo receber numerários e recursos em geral; h) respeitar, cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamentos, diretrizes, decisões e demais atos ordinários da FIFA, da CONMEBOL, da CBF e das demais entidades nacionais que seja filiada, direta ou indiretamente; i) representar o futebol maranhense em qualquer atividade de cunho nacional e internacional, coordenar e fiscalizar as atividades das entidades municipais de administração (ligas) e das entidades de prática de futebol (clubes) que lhe são filiadas; j) promover seminários, simpósios, cursos, fóruns e outras atividades ligados diretamente ao futebol; k) realizar promoções e eventos destinados a angariar recursos para o fomento do futebol mediante as modalidades admitidas e expressamente permitidas em lei; l) promover a defesa dos interesses e direitos coletivos de seus filiados, por qualquer meio, podendo inclusive recorrer ao poder judiciário.

NOTA 2 – Principais Práticas Contábeis

a) Elaboração das Demonstrações Financeiras- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamento Contábeis, aplicáveis as entidades sem fins lucrativos ITG 2002 (R1) e entidades desportivas profissionais ITG 2003, Resolução CFC n. 1.105/2004. **b) Apuração do Resultado-** Na

Apuração do resultado é adotado o regime de caixa, **c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes-** Os ativos e passivos classificáveis nos mencionados subgrupos são apresentados por seus valores de realização. **d) Disponibilidades-** Compreendem os saldos de numerário em caixa e em conta de depósitos bancários. **e) Imobilizado-** Os grupos do imobilizado, elemento essenciais à manutenção da entidade estão apresentados nas demonstrações financeiras dos respectivos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por seus valores de custo de aquisição, não sendo aplicado o método de depreciação conforme faculta a legislação do IRPJ. **f) Obrigações com Terceiros-** O montante do saldo registrado nessa rubrica, refere-se substancialmente a fornecedores de serviços. **g) Obrigações Trabalhistas e Sociais-** Os valores registrados na conta em apreço, referem-se a impostos, contribuições e salários devidamente provisionados até a data do encerramento do exercício. **h) Exigível a Longo Prazo-Impostos Parcelados-** O montante registrado nesse grupo de contas refere-se à adesão ao parcelamento promovido pela SRF decorrentes de processos de execução relativos a débitos do INSS resultantes de ações fiscais em exercícios anteriores a atual administração da Entidade. **i) Patrimônio Social-** Em conformidade com a NBT C – 10.19 do Conselho Federal de Contabilidade, o

Patrimônio Social corresponde ao montante de superávits acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. **J) Superávit do exercício**- O valor de R\$ 34.969,95 (trinta e quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) foi registrado na conta de Superávit de Exercício para posterior incorporação ao Patrimônio Social (superávit acumulado).

DIRETORIA

Antônio Américo Lobato Gonçalves – Presidente

Valdir Soares Filho – Contador – CRC-MA 5.729

Sílvio Arley Brito Fonseca – Diretor Financeiro

Conselho Fiscal: Raimundo Barbosa Castro – Ciro Monteiro Clarindo – Gilberto Ferreira Pereira

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos Administradores e Conselheiros da
Federação Maranhense de Futebol - FMF
São Luis-Ma

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Federação Maranhense de Futebol-FMF**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Federação Maranhense de Futebol em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Demonstrações comparativas auditadas por outros auditores independentes.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, utilizadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 10 de março de 2017, sem ressalva ou ênfase.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Em nossa opinião, o processo de Prestação de Contas da Federação Maranhense de Futebol-FMF, do exercício de 2017 representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, e se encontra em condições de aprovação pela Assembleia Geral e Conselho de Administração.

São Luis-Ma 12 de março de 2017.

Waldereis Almeida Soares
-contadora-

Crc/ma 7.463

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Federação Maranhense de Futebol, no desempenho de suas competências legais e estatutárias examinou as demonstrações contábeis relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tendo inclusive rubricado e aprovado os balancetes mensalmente. Com base nas análises procedidas, bem como no parecer do auditor independente, o Conselho Fiscal é de opinião que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão em condições adequadas de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação. São Luis-Ma 13 de março de 2018.
Raimundo Barbosa Castro; Ciro Monteiro Clarindo; Gilberto Ferreira Pereira